

Não obstante as suas mais de quatro horas e meia de duração e o tom monocórdico do relato democrático, o documentário “City Hall” (2020, de Frederick Wiseman) esteve presente nalgumas das mais importantes listas de melhores filmes do ano de 2020. Ocupou a primeira posição na aguardada divulgação da revista francesa Cahiers du Cinéma, após a polémica envolvendo a troca integral de redação, depois que os críticos protestaram contra a filiação entre os novos proprietários da revista e cadeias de distribuição cinematográfica. Não foi algo casual, afinal.

Nascido na cidade de Boston, em 1 de janeiro de 1930, o cineasta Frederick Wiseman adota, neste seu mais recente filme, todas as características estilísticas que o definiram desde o início da carreira: é conhecido por seu retrato pertinaz das principais instituições norte-americanas, a partir de uma colaboração estrita com as mesmas. Neste caso mais recente, documenta as atividades da prefeitura da cidade em que nasceu, capital de Massachusetts, que situa-se no nordeste dos Estados Unidos da América.

Assaz relevante na história estadunidense - em razão de sua posição geográfica mui favorável à penetração colonial, dos eventos cruciais nas lutas pela independência nacional e do alto Índice de Desenvolvimento Humano -, a cidade de Boston está comandada, desde 2014, pelo prefeito reeleito Marty Walsh. E este é o personagem central do filme, funcionando como metonímia ideal dos candidatos do Partido Democrata: demonstra-se favorável às demandas identitárias, requer uma nova regulamentação sobre as questões armamentistas e apresenta vários aspectos pessoais da própria vida como especulares em relação às suas preocupações políticas.

Sem resvalar no populismo, Marty Walsh reitera, em mais de uma seqüência, a sua origem irlandesa, a fim de demonstrar apoio aos imigrantes, e não esconde a sua participação longa num programa de reabilitação para alcoólatras. Quando participa de uma celebração sobre veteranos de guerra, comenta que um de seus tios morreu na II Guerra Mundial; quando ouve as demandas de senhoras idosas sobre os problemas relacionados a planos de saúde, relembra o alto preço dos remédios para tratamento prostático que seu pai consumia e narra que ele foi diagnosticado com câncer na infância. Mesmo sendo uma pessoa real, uma personalidade política bastante influente, este prefeito é também um elementar personagem cinematográfico.

Ainda que evite os cacoetes de narrativização (não há qualquer clímax conflitivo no filme,

por exemplo), o modo como Frederick Wiseman monta as suas obras faz com que a fruição do espectador assemelhe-se à percepção ficcional: a rotina da instituição em pauta (a prefeitura) é organizada de forma aparentemente linear, de modo que há um entrecho a desenvolver-se diante de nossos olhos. No caso, a História, com H maiúsculo!

Em 1995, em seu “Dictionnaire du Cinéma”, o crítico e pesquisador Jean-Loup Passek [1936-2016] escreveu algumas observações sobre o diretor, que seguem válidas até hoje: *“Frederick Wiseman supera a famosa questão teórica do ‘cinema direto’ acerca da modificação do comportamento dos sujeitos diante da presença visível da câmera. Seus trabalhos são desdramatizados, aparentemente neutros; eles não incluem nem música nem comentário. [...] O autor, que não reivindica qualquer filiação política, não se dá o direito de responder, mas apenas de fazer perguntas”*. É exatamente o que ocorre em “City Hall”, por mais que um observador apressado ouse insinuar que o tom do filme pareça partidário em relação aos méritos estatísticos da gestão de Marty Walsh...

Ao longo do filme, acompanhamos diversas reuniões comunitárias, em que o orçamento da cidade, destinado à resolução de problemas locais, é divulgado e discutido com os moradores de vários bairros. As questões raciais são largamente apontadas, bem como a atenção concedida ao bem-estar das chamadas minorias sociais e o repúdio às declarações e ações do presidente republicano Donald Trump. Por mais que um ou outro sotaque estrangeiro apareça em meio aos discursos, o acento é deveras homogêneo: de acordo com o que vemos no filme, a cidade de Boston é bem-sucedida no enfrentamento de suas crises regionais.

Na primeira seqüência (e nos créditos finais), vemos telefonistas atenderem às reclamações variegadas de moradores, que requerem desde a visita de um agente de zoonoses até uma maior intervenção nos serviços de tráfego urbano. Nas cenas posteriores, a equipe do diretor adentra os prédios que dão continuidade aos serviços da prefeitura: vemos Marty Walsh discursar num “banco de alimentos”, com vistas a favorecer as pessoas aquisitivamente menos favorecidas da comunidade; acompanhamos a explicação de um diretor de museu sobre como organiza o seu acervo de fósseis; participamos de uma exposição de comida vietnamita e de um baile beneficente em prol dos indivíduos portadores da Síndrome de Down. As cenas noturnas são breves, meras transições, visto que, neste horário, a sede da Prefeitura está fechada. Entretanto, uma tônica é dominante em todos estes eventos: os benefícios concedidos aos votantes são regidos muito mais pela

lógica econômica que efetivamente social. A ponto de uma representante habitacional questionar a participação dos empreiteiros nas decisões que dizem respeito à população. Quem responde é justamente quem pronuncia a expressão aspeada no título desse texto...

Assistir a este filme, portanto, é muito proveitoso tanto em termos estéticos - visto que Frederick Wiseman é um dos baluartes do documentário clássico - quanto políticos: na "neutralidade" de sua exposição, ele não toma partido, mas incita, permite que o espectador coteje aquilo que vê na tela com a sua própria realidade. No Brasil, em 2020, os moradores das cidades puderam escolher novos prefeitos. Justamente. Em três capitais (São Paulo, Recife e Porto Alegre) foi amplamente noticiada a possibilidade de vitória de candidatos de esquerda no segundo turno eleitoral. Esta não foi concretizada: um dos partidos mais votados, ao longo de todo o Brasil, foi o DEM, sigla para Democratas. O partido temporário de alguns membros da família Bolsonaro, depois que romperam com o PSL (Partido Social Liberal) chama-se, oportunisticamente, Republicanos. Dá para entender o porquê de este documentário ser tao relevante para os brasileiros? Enquanto isso, nada de vacina aprovada no País - e o Coronavírus segue matando, sob a anuência genocida de um presidente profascista... Feliz 2021?

Wesley Pereira de Castro.